

Exma. Senhora

Presidente da Assembleia  
Legislativa da Região Autónoma  
dos Açores

HORTA

Sua Referência

Sua Comunicação

Nossa Referência

43/018/LT

Data

18/07/2018

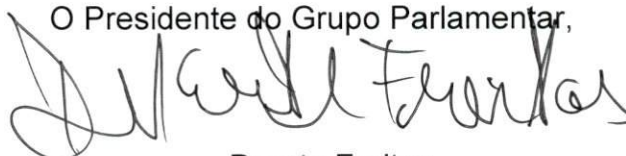
**ASSUNTO: ENTREGA DE RELATÓRIO SOBRE MATÉRIA DE INTERESSE REGIONAL – ESTADO DO ENSINO PROFISSIONAL NOS AÇORES**



O Grupo Parlamentar do PSD/Açores, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 78º do Regimento, entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Exa. o Relatório sobre matéria de interesse regional referente ao Estado do Ensino Profissional nos Açores.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente do Grupo Parlamentar,

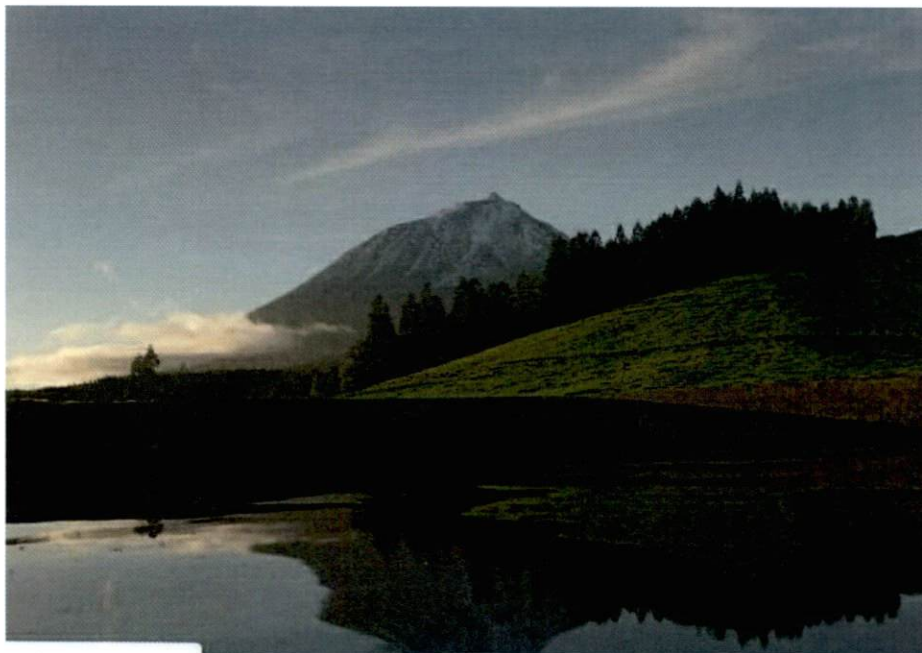


Duarte Freitas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	2638 Proc. n.º
Data: 018/07/18	N.º

# RELATÓRIO

Ensino Profissional nos Açores – Uma oportunidade para  
os Jovens Açorianos



grupo parlamentar

## Índice

Índice .....	Pág.2
Introdução .....	Pág.3
Um pouco de História .....	Pág.6
O Ensino Profissional nos Açores .....	Pág.10
Escolas Profissionais Existentes na RAA .....	Pág.10
O presente do Ensino Profissional na RAA .....	Pág.11
Perspetiva das Escolas .....	Pág.11
O Que nos dizem os alunos .....	Pág.17
Plano de Ação .....	Pág.19
Objetivos Estratégicos .....	Pág.19
Linhas de Atuação .....	Pág.19
Objetivos Operacionais .....	Pág.21
Considerações Finais .....	Pág.26

## Introdução

O trabalho que se apresenta foi desenvolvido ao longo dos últimos meses, resultou de um desafio lançado pelo presidente do PSD/A e do Grupo Parlamentar do PSD/A Duarte Freitas, com o objetivo geral de elaborar as linhas orientadoras, em caso de aprovação, sobre o que deverá ser o Ensino Profissional na Região Autónoma dos Açores. Mormente pretende-se contribuir para um modelo social, económico e cultural adaptado às especificidades do arquipélago dos Açores, permitindo à população cumprir o ensino obrigatório, qualificar-se, adquirir ou melhorar a sua empregabilidade e o seu espírito empresarial, mediante uma formação de qualidade, adequada ao mercado de trabalho, à sua evolução pessoal e a uma carreira que cumpra tanto quanto possível as suas expectativas.

Os Cursos Profissionais são um dos percursos do nível secundário de educação, caracterizado por uma forte ligação com o mundo profissional, onde é valorizada a aprendizagem e o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, de preferência em articulação com o mundo empresarial e não perdendo de vista o mercado de trabalho, para quem conclui o nono ano de escolaridade ou formação equivalente, e procura uma via de ensino mais prática e voltado para o mundo do trabalho, não excluindo a hipótese de, mais tarde, os alunos que optaram por esta via poderem prosseguir estudos de nível superior.

O tema do ensino profissional reveste-se neste momento de grande atualidade na nossa região e no nosso país. É mais ou menos aceite por todos os atores que este tema deve ser discutido, a fim de ser gerado um consenso que permita proporcionar de uma forma mais abrangente e efetiva, percursos escolares de aprendizagem capazes de satisfazer os alunos e as aprendizagens, de forma a que todos possam alcançar o sucesso educativo e inserir-se de forma qualificada no mercado de trabalho global e competitivo. Mas já não será tão consensual a via escolhida. Com o fim do ensino nas escolas técnicas e

comerciais, não se encontrou um modelo adequado de resposta às necessidades que aquelas escolas procuravam satisfazer, talvez por falta de vontade política dos decisores.

É imperioso alterar o paradigma se queremos que a nossa geração e as gerações vindouras possam desfrutar de boa qualidade de vida, sustentada por um modelo Social Europeu. Precisamos de uma estratégia que converta a União Europeia numa economia avançada, sustentável e integradora, caracterizada por altos níveis de emprego, produtividade e coesão social. Esta é a Estratégia Europa 2020, uma agenda para todos os Estados membros, que tem em conta as diferentes necessidades, diversos pontos de partida e especificidades nacionais, com o fim de promover um crescimento sustentado para todos.

O Memorando Europeu sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida publicado em 2000, observa alguns princípios básicos essenciais, os quais devem ser consideradas pelos pensadores e decisores na área da educação dos diversos países que fazem parte deste espaço, para que as respostas sejam eficazes às necessidades e exigência dos cidadãos e da sociedade.

A sociedade do Conhecimento e da Informação provocou sem dúvida, e irá continuar a provocar, enormes alterações no sistema de educação e formação, e constituiu-se como um promotor de um novo padrão no que diz respeito aos métodos e processos educativos, aos papéis e responsabilidades de cada um dos intervenientes. Um novo conceito de educação e de formação emergiu e hoje o sistema educativo ultrapassa largamente os limites institucionais da escola, em termos de duração e em termos de espaço.

A multiplicidade das fontes de informação e de conhecimento promovem processos de aprendizagem em diferentes tempos e contextos e que vai para além das escolas tradicionais. A inserção na vida ativa cada vez mais requer formação, qualificação e atualização de competências, daí que o investimento na educação e na formação seja considerado uma necessidade fundamental, tanto na perspetiva organizacional, como na perspetiva individual e social. Os

sistemas de educação/formação têm de ter capacidade de desenvolver novos perfis de competências, mais alargados e complexos, necessários para viver e trabalhar na Sociedade da Informação.

É indispensável analisar e avaliar, ao mesmo tempo que se observa com a necessária atenção para o que, nesse domínio, se passa em vários países europeus. A questão é de política educativa, existindo naturalmente opiniões diversas.

É imperativo levar em conta e repensar o ensino profissional, o seu papel no sistema educativo, os seus procedimentos, estratégias e conceções. É necessário avançar num processo inovador, ousando romper com quadros mentais e metodologias do passado.

Reinventar, adaptar e ajustar as práticas pedagógicas ao mundo global em que vivemos, tendo em linha de conta o “local” é o desafio permanente do ensino, em geral, e do ensino profissional em particular. É necessário e essencial observar com amplitude a realidade, captando as diversidades observadas, tendo a capacidade de observar e trabalhar individual e coletivamente, em função do meio e do indivíduo holisticamente considerado, para que ocorra o progresso do ensino profissional que queremos para o século XXI.

É este olhar que dever estar na base do Projeto Educativo que almejamos para o ensino profissional na Região, que a cada momento tem que ser analisado e refletido, num processo contínuo de renovação e reinvenção. Como em qualquer projeto, importa saber o ponto de partida e, por outro lado, o ponto de chegada. É da síntese dos dois que resulta a evolução; uma evolução que tem de ser bem amadurecida e estruturada. Importa, assim, perceber o que queremos para os nossos jovens e para a nossa sociedade.

## Um pouco da história

Ao longo da década de oitenta a nova ordem política em Portugal, preocupa-se sobremaneira com a questão da educação em contexto de democracia. A Lei de Bases da Educação aprovada em 1986 resultou de um amplo debate na sociedade, que não terminou por essa altura. Mais tarde o Governo criou uma Comissão de Reforma do Sistema Educativo para estudar e propor as principais medidas a empreender para aplicar esta nova carta magna da educação escolar, comissão esta que promoveu muitos debates pelo país. O Ministro da educação Roberto Carneiro incentivou ainda mais o debate nas escolas e iniciou um processo de reforma educacional, desde a reestruturação do modelo curricular, à administração da educação, passando pelo ensino e pela formação de nível secundário. Ao mesmo tempo, a formação profissional inicial era amplamente revista e criava-se uma nova modalidade de formação profissional em alternância, com base no célebre modelo dual de formação, presente em alguns países europeus.

O atraso estrutural português na democratização da educação, que correspondeu a décadas de desinvestimento em educação e formação, fez com que o nosso país e a nossa Região, no início dos anos noventa, ainda apresentassem valores extremamente negativos nas taxas de escolarização, quando comparados com a restante União Europeia. A taxa de escolarização no nível secundário era então de 17,6% no país e de 8% nos Açores (gráfico1), contra taxas médias dos países da OCDE superiores a 60%. Apesar de uma rápida recuperação realizada nos anos noventa e dois mil, nunca a escolarização a este nível, deixou de estar muito afastada da média europeia e dos países mais desenvolvidos. O nível de abandono escolar precoce era também muito elevado tal como ainda hoje se verifica (gráfico 2).

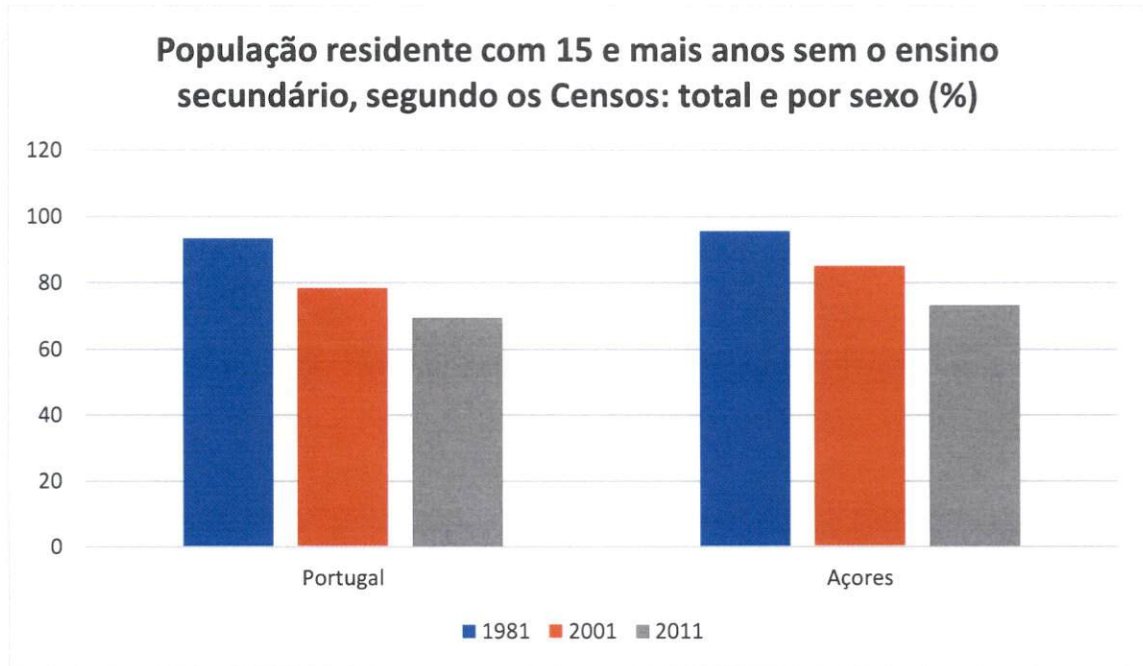


Gráfico 1 - População residente com 15 e mais anos sem o ensino secundário, segundo os Censos: total e por sexo (%) (Fonte: Pordata)

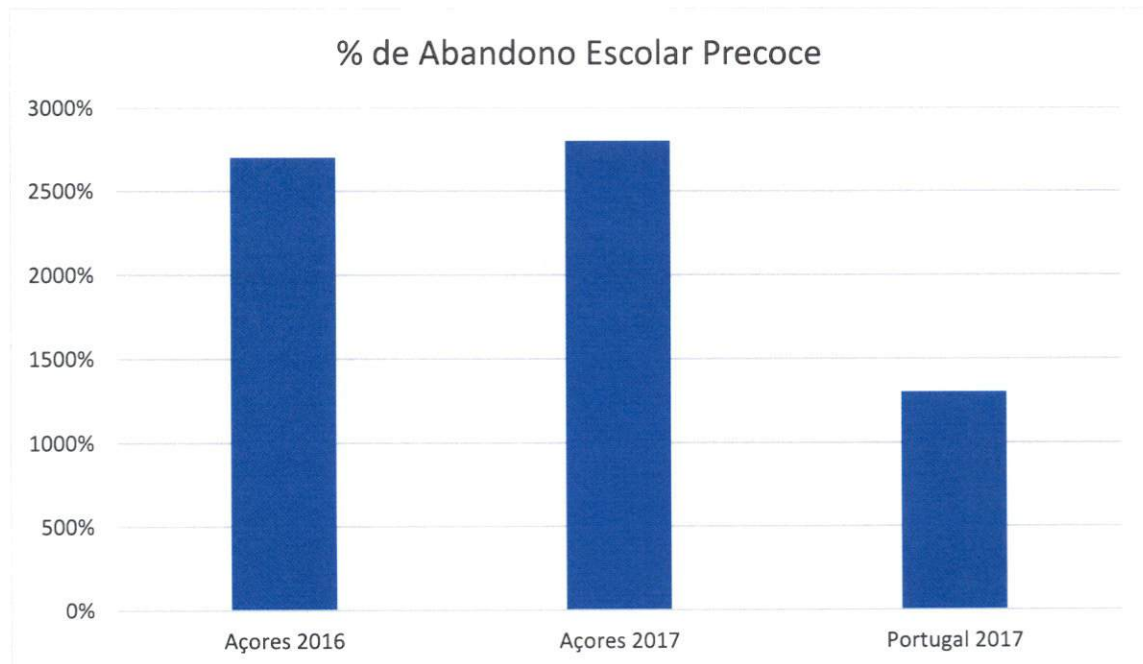


Gráfico 2 - % de Abandono Escolar Precoce (Fonte: Pordata/DRE)



Era necessário combater e ultrapassar esta situação com uma envolvimento muito grande das escolas e dos professores, para responder aos princípios da equidade e da igualdade de oportunidades que a democracia havia introduzido. Esta diferenciação em relação à escolaridade da população agudizava-se à medida que se caminhava para níveis superiores de escolarização do ensino básico para o ensino superior. Mas esta não era, nem ainda hoje é uma questão pacífica. As vias ou os modos mais democráticos, pertinentes, eficazes e eficientes, a percorrer por todos os jovens portugueses, em percursos de qualidade, continuam a ser objeto de fortes divergências ideológicas.

Com a adesão de Portugal à União Europeia e a consequente entrada de financiamento europeu para a qualificação dos portugueses, agravou-se o debate acerca das prioridades na aplicação destes fundos, muito suportado pelo estudo à política educativa de Portugal, realizado pela OCDE, que punha ênfase na recomendação da necessidade de investimento na qualificação profissional inicial dos jovens.

Em 1989 foram realizados inquérito a milhares de jovens em Portugal. Ao todo foram inquiridos cerca de seis mil jovens, dos quais 85% afirmaram querer continuar a estudar e 5% declaram querer procurar emprego ou abandonar os estudos. Dos primeiros, cerca de 30% pretendiam prosseguir estudos em vias de carácter mais prático uma vez terminado o ensino básico. Estes dados foram importantíssimos para implementar uma forte motivação para dar consequência a uma nova visão e política de ensino profissional, capaz de responder às pretensões dos jovens, numa situação em que apenas 7% dos alunos do secundário frequentavam este tipo de ensino e formação, segundo relatório da UNESCO.

Ora, ao longo dos anos 80 são discutidos e apontados os vários caminhos para a educação, no âmbito de um conjunto de propostas de política educativa que tomam forma como essenciais para o futuro que se avizinha. A

democratização do ensino em Portugal e as suas reformas são na maior parte das vezes pensadas para aproximar o país da média europeia de instrução e qualificação. O nosso atraso de desenvolvimento é muitas vezes associado ao nosso baixo nível de escolaridade e qualificação, então neste âmbito urge dotar a população destes requisitos para que possamos levar o país a caminho de um desenvolvimento sustentado.

No prosseguimento destas novas tendências que emanavam muito da nossa adesão à Comunidade Europeia e na sequência de todo um conjunto de recursos que nos chegavam dos fundos europeus, são criadas, pelo Decreto-Lei n.º26/89, de 21 de janeiro, as Escolas Profissionais. As escolas profissionais apareceram como uma opção de formação, que oferece aos alunos perspectivas a diferentes níveis: de inserção qualificada no mundo do trabalho, de prossecução de estudos superiores e de sucesso e valorização pessoal.

A diversificação de oportunidades de educação e formação após o ensino básico, nunca deixou de ser uma questão ideológica controversa, no entanto houve uma nova consciência entre os decisores e pensadores, que a diversificação das possibilidades de trajeto uma vez concluído o ensino básico se impunha, situação que já se verificava na maioria dos países europeus, em nome de um melhor desempenho e formação dos alunos e de uma maior igualdade de oportunidades. No entanto, houve a consciencialização que estes caminhos além de aproximar os jovens da vida ativa e do mundo do trabalho, fossem também eles capazes de lhes proporcionar um desenvolvimento integral enquanto indivíduos, enquanto pessoas e membros da sociedade onde se inserem, sem perder a perspectiva da sociedade globalizada.

No fundo estávamos perante uma nova via que representava um melhor rendimento escolar e de maior igualdade de oportunidades sociais para os jovens, que até aí se encontravam emaranhados num caminho que os poderia conduzir ao insucesso escolar e ao abandono escolar precoce.

## **O Ensino Profissional nos Açores**

### **Escolas Profissionais existentes na Região Autónoma dos Açores:**

Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada;

Escola Profissional da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada;

Sindicato de Escritório Comércio da Região Autónoma dos Açores (EPROSEC);

Escola de Formação Turística e Hoteleira;

Escola Profissional de Capelas;

Escola Profissional da Ribeira Grande;

Escola Profissional de Vila Franca do Campo;

Escola Profissional Monsenhor João Maurício do Amaral Ferreira;

Escola Profissional do Nordeste;

INETESE;

APRODAZ;

Escola de Novas Tecnologias dos Açores;

Escola Profissional da Praia da Vitória;

INETESE (Polo Angra do Heroísmo);

Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo;

Escola Profissional da Ilha de São Jorge;

Escola Profissional do Pico;

Escola Profissional da Horta.

## **O Presente do Ensino Profissional na Região Autónoma dos Açores**

Nos últimos meses o PSD/A percorreu escolas profissionais dos Açores em todas as ilhas onde estas marcam presença. Procurou estabelecer um diálogo franco, aberto e de confiança com todos os diretores técnicos/pedagógicos, com alunos e outros elementos com que dialogaram, no sentido de fazer um levantamento da realidade do ensino profissional na Região, e de perceber quais as expectativas futuras que poderá representar para o sistema educativo regional no futuro.

### **Perspetiva das Escolas**

Encontrámos profissionais com vontade de fazer mais pelos jovens desta Região, de darem outra dinâmica ao ensino profissional, caso haja incentivo e financiamento e assim contribuírem para a qualificação dos jovens e da sociedade em geral. Atualmente muitos encontram-se cansados pelos constantes obstáculos levantados pela tutela e por um certo abandono, e até depreciação, do ensino profissional, quer pela sociedade, quer pelos decisores regionais, tendo a perceção que são considerados um parente pobre do sistema educativo regional.

Das várias reflexões e troca de impressões efetuadas, resultou a convicção de que muitos dos problemas, incertezas e constrangimentos encontrados, são comuns à maioria das escolas. Desde logo podemos referir aqueles relacionados com a autorização da abertura de cursos, que diminuiu ao longo dos últimos anos e que acarretam problemas de financiamento das próprias escolas.

A análise da evolução da abertura de cursos profissionais nos Açores nas escolas profissionais da Região Autónoma dos Açores, revela a sua diminuição nos anos considerados (2009/2017). Esta é uma das principais limitações por parte da tutela, não deixar abrir mais cursos em escolas que estão a funcionar a menos de 50% da sua capacidade, existindo procura para os mesmos.



Gráfico 3 - Evolução da abertura de Cursos Profissionais nos Açores nas escolas profissionais (Fonte: SREA/DRE)

Por outro lado, verifica-se o aumento destes cursos nas escolas de ensino público regular, consideradas por vários agentes contactados, como não tendo condições técnicas ou vocacionais para ministrar de forma adequada cursos profissionais, mas que acabam fazendo concorrência desleal com as escolas que nasceram com o propósito de os ministrar.

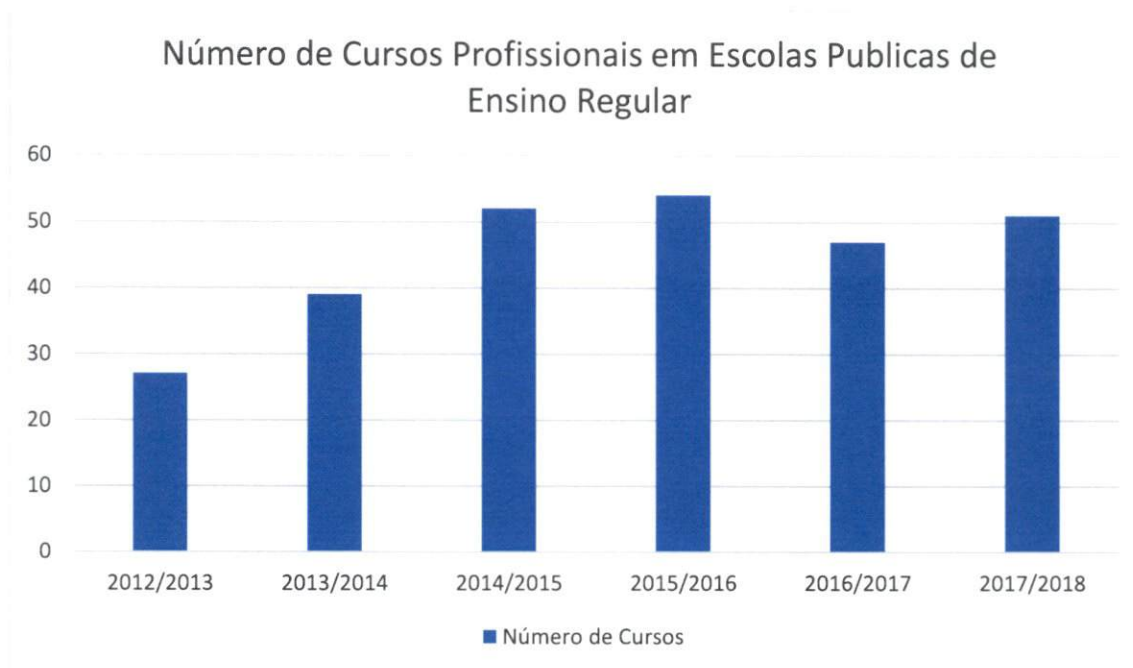


Gráfico 4 - Número de Cursos Profissionais em Escolas Públicas de Ensino Regular (Fonte: SREA/DRE)

Estes constrangimentos podem obstar a que as prioridades definidas pela União Europeia, sejam respondidas satisfatoriamente por parte da Região. A promoção do emprego, a criação de empresas, o reforço das dimensões competitivas no mercado, a promoção da educação e da formação para o combate ao abandono e insucesso escolares, bem como o desenvolvimento de ações que permitam minorar os fenómenos de exclusão social de jovens e adultos, podem estar em causa. Em causa estarão também o aumento do número de formados em modalidades de ensino e formação profissional de qualidade.

Bem anotada ficou a existência de uma persistente desadequação entre os cursos solicitados pelas escolas, e pelos potenciais alunos, e aqueles que efetivamente são autorizados a abrir, o que coloca constrangimentos operacionais e financeiros às escolas profissionais. O facto de não serem permitidos determinados cursos em escolas com condições ótimas para os ministrar e que haviam sido solicitados, tendo sido abertos noutras unidades sem

as condições mínimas, são outro problema detetado. O número de alunos por turma necessário à abertura de cursos, em especial em territórios envelhecidos, bem como a forte penalização para as escolas cujos alunos desistam dos cursos, não levando em linha de conta os motivos, ou o tipo de aluno desistente, foi outra das situações levantada.

É essencial que não se assista a um retrocesso em termos de valorização dos recursos humanos da Região e seja assumida a consagração do princípio que a Região Autónoma dos Açores se deve aproximar dos indicadores médios da União Europeia em matéria de alunos em percursos qualificantes, ou seja, 60% dos que frequentam o ensino secundário (gráficos 5 a 9).

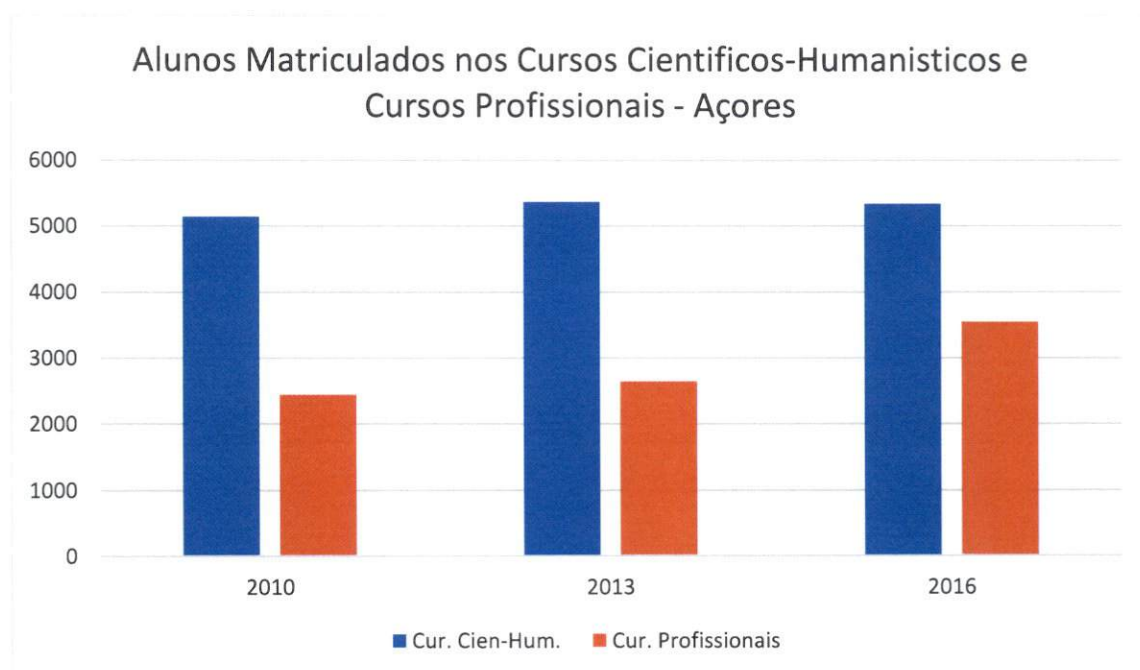


Gráfico 5 - Alunos Matriculados nos Cursos Científicos-Humanísticos e Cursos Profissionais- Açores (Fonte: Pordata).

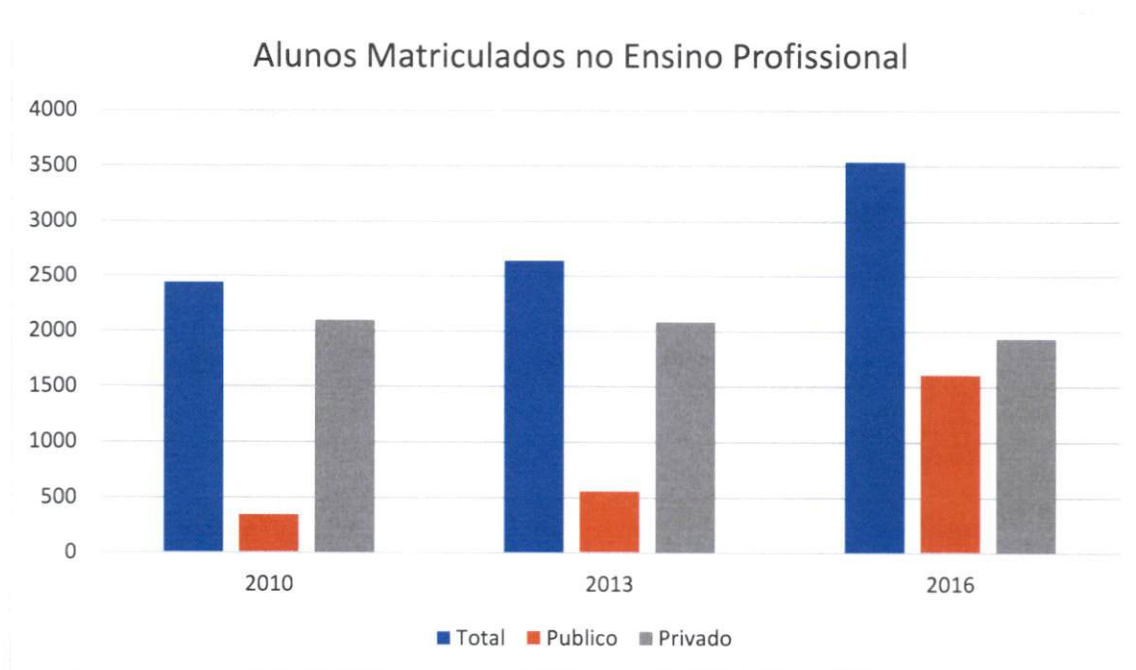


Gráfico 6 - Alunos Matriculados no Ensino Profissional (Fonte: SREA/DRE).



Gráfico 7 - Percentagem de alunos matriculados no ensino profissional Público/Privado 2010 (Fonte: Pordata).





Gráfico 8 - Percentagem de alunos matriculados no ensino profissional Publico/Privado 2013 (Fonte: pordata).

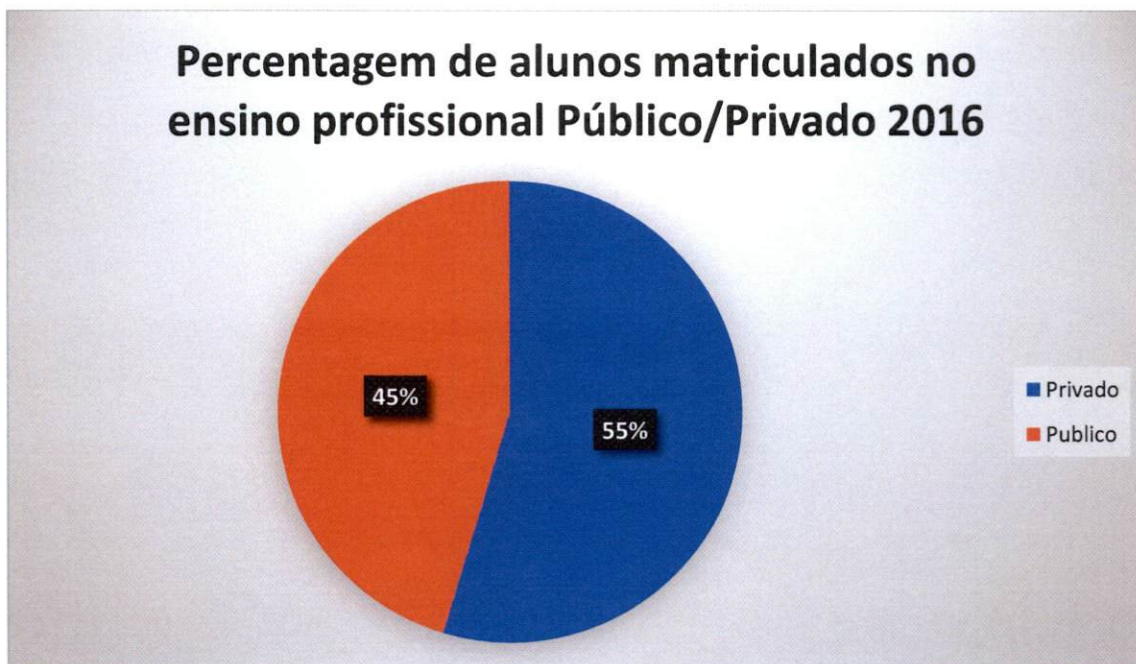


Gráfico 9 - Percentagem de alunos matriculados no ensino profissional Publico/Privado 2016 (Fonte: Pordata).

Se houver uma aposta e valorização do ensino profissional na Região, as escolas profissionais estão providas de meios humanos, instalações e equipamentos que lhes permitem, com excelência, organizar as atividades educativas e formativas. Negligenciar este facto é desperdiçar recursos, é gerir mal os meios da Região e é preparar mal o seu futuro. O contributo relevante que já deram no passado, descurado entretanto, pode e deve ser potenciado no futuro até porque estas escolas tem um papel de primeira grandeza para melhorar a competitividade da economia, elevar o nível de qualificação dos açorianos, melhorar a empregabilidade e promover a inclusão social. As escolas Profissionais estão abertas, disponíveis e anseiam por desenvolver esforços no sentido de viabilizar uma oferta formativa que responda às necessidades da Região e que permita alcançar os objetivos qualitativos e quantitativos expressos na Estratégia 2020.

## **O que nos dizem os alunos**

A visão dos alunos sobre o ensino profissional é muito importante para podermos perceber o presente e trilhar o futuro. Para isso recolheram-se inputs dos alunos que frequentam esta via de ensino, no sentido de perceber o que pensam dela e do futuro que a mesma proporciona.

Muitos dos alunos que frequentam o ensino profissional, em relação às trajetórias escolares, confirmam resultados de estudos já efetuados. Alguns alunos referenciam que tiveram no seu passado um percurso que conheceu o insucesso escolar, tendo os jovens apontado como motivos para a reprovação a dificuldade das disciplinas, a falta de estudo ou a não identificação com a escola de ensino regular. Os alunos consideraram que, além da motivação pessoal, o conselho dos familiares teve muita importância no momento da escolha do ensino profissional, bem como, as orientações quer dos antigos diretores de turma e/ou do serviço de psicologia e orientação. Na maior parte dos casos, podemos concluir que esta opção foi bem ponderada pelo educando.

Quanto às motivações e expectativas dos alunos para a frequência de um curso profissional, os jovens que escolhem o ensino profissional têm em mente o seu futuro profissional, visto que consideram que esta formação os vai qualificar adequadamente para entrar mais facilmente no mercado de trabalho. A maior parte acredita que os cursos profissionais têm mais saída profissional e este facto teve alguma ou muita importância no momento de tomada de decisão. Por outro lado, o gosto pela área de formação do curso e o carácter prático destes cursos são também fatores referidos pelos jovens. Estes cursos que valorizam a componente técnica, correspondem às expectativas dos alunos como demonstraram muitos dos alunos.

Muitos dos alunos passaram a gostar de andar na escola, passaram a ter bom aproveitamento na componente curricular do curso e um ótimo aproveitamento nos estágios, que quase todos consideram muito importantes para a sua formação. Outro aspeto que destacamos é a boa relação com os professores, para a qual contribui o facto das escolas profissionais serem de pequena dimensão, potenciando relações de proximidade entre professores e alunos.

Muitos destes alunos pretendem entrar no mercado de trabalho num emprego relacionado com a sua área de formação, no entanto é interessante verificar que muitos dos jovens demonstram atitudes de aprendizagem ao longo da vida, referindo a necessidade de constante formação, tomada de consciência tão importante na sociedade do conhecimento.

## Plano de Ação

### Objetivos estratégicos:

- 1- Tornar o ensino profissional mais atrativo e de melhor qualidade e adequá-lo ao mercado de trabalho e às carreiras profissionais, de acordo com um sistema de ensino profissional integrado.
- 2- Melhorar a formação e qualificação dos jovens para incrementar a empregabilidade, mediante a aquisição e atualização permanente das suas competências sociais, pessoais e profissionais.
- 3- Incentivar o empreendedorismo dos jovens através de formação, mediante a atualização permanente das suas competências sociais, pessoais e profissionais, criando as condições adequadas para fomentar o autoemprego.

### Linhas de Atuação:

#### **A- Impulsionar o sistema de ensino e formação profissional promovendo uma oferta adequada que responda à procura da população, às necessidades do mercado e às singularidade das ilhas.**

- a. Observar a evolução do mercado laboral, a procura e as expectativas de formação por parte dos jovens e da população em geral;
- b. Desenhar e desenvolver uma oferta formativa adaptada às necessidades das ilhas, perspetivando sempre o futuro de acordo com as diretivas de evolução emanadas da União Europeia, as necessidades do mercado, as necessidades formativas, de forma participativa e construtiva com os setores envolvidos;
- c. Informar acerca das oportunidades do mercado laboral e perspetivas de evolução;

- d. Facilitar o acesso dos jovens e da população em geral, às diferentes ofertas formativas, fazendo difusão dos cursos e a disponibilização dos procedimentos através das TIC e de forma gratuita;
- e. Impulsionar as modalidades de ensino profissional semipresencial e à distancia, em especial para que os ativos complementem a formação presencial.

**B- Criar condições institucionais que incluam a participação dos vários setores de atividade, implicados na construção de parcerias estratégicas e na promoção de projetos de qualidade**

- a. Construir parcerias institucionais e estratégicas que melhorem e ampliem a capacidade de resposta às necessidades formativas da população em cada ilha;
- b. Promover uma resposta formativa integradora e coordenada de todas as instituições públicas e privadas, de forma a potenciar de forma eficaz os recursos disponíveis;
- c. Incentivar as instituições públicas e privadas a fazer uso dos fundos europeus destinados ao ensino profissional e à formação profissional, e a participação em redes europeias que permitam estabelecer parcerias;
- d. Promover a qualidade do ensino profissional, mediante uma procura incessante por processos de melhoria em todas as instituições.

**C- Construir uma estrutura de qualidade no ensino profissional, em consonância com a estrutura portuguesa e europeia, capaz de transmitir confiança de qualidade tanto às pessoas como às empresas**

- a. Impulsionar uma estrutura de qualidade para as escolas profissionais;

- b. Promover uma rede regional de educação e formação profissional, integrada na estrutura nacional e europeia;
- c. Promover uma gestão eficaz do conhecimento, em especial o produzido entre os formandos e as empresas, de modo a que se possa partilhar e transferir;
- d. Fomentar o uso das novas tecnologias, da criatividade e da inovação, nas entidades dedicadas à formação;
- e. Melhorar as competências dos professores e formadores e de todos os outros profissionais envolvidos no ensino e formação profissional;
- f. Promover e transmitir as boas práticas dos processos de ensino aprendizagem.

**Objetivos operacionais:**

Na sociedade da informação, o acesso e a manutenção no mercado de trabalho estão intimamente associados aos processos de aprendizagem, os quais devem envolver um projeto que deve ser amplamente participado, abrangendo os indivíduos, as comunidades, as instituições educativas e de trabalho, os parceiros sociais e as instâncias de decisão política.

Para suplantar o estrutural atraso educativo nos Açores face a Portugal Continental e aos padrões europeus, é urgente integrar todas as crianças, jovens e adultos no processo educativo e formativo, elevando o nível de formação e qualificação das próximas gerações. Este é um aspeto estrutural para a plena realização pessoal e de cidadania, para a elevação cultural, para a coesão social, para a produtividade e a competitividade da economia regional.

Devemos tomar medidas se queremos que as gerações atuais e futuras possam desfrutar de uma qualidade de vida sustentada naquilo a que se convencionou chamar o Modelo Social Europeu. Precisamos de uma estratégia para tornar a nossa economia inteligente, sustentável e integradora, caracterizada por altos níveis de emprego, produtividade e coesão social. Estes

objetivos fazem parte da estratégia Europa 2020, que contempla uma agenda para os diferentes estados membros, que tem em conta as diferentes necessidades, os diversos pontos de partida e as especificidades de cada um.

Um plano para o ensino profissional deve assumir como uma das suas prioridades essenciais a determinação das necessidades de formação assentes num modelo económico baseado no conhecimento e isso exigirá uma população com qualificação adequada e capacidade para responder ao mercado de trabalho e à sua evolução.

Um Plano de Ensino Profissional para os Açores, deve ser acima de tudo, a expressão de um amplo consenso social sobre as necessidades geradas por uma mudança no modelo de desenvolvimento económico e social para o arquipélago dos Açores, bem como para o melhor uso dos recursos através de um futuro sistema integrado de educação e formação profissional em relação ao arquipélago e a cada uma das ilhas. Este consenso deve ser construído em diálogo e com a compreensão de todas as entidades envolvidas nesta matéria.

Num período em que os recursos de vária índole são escassos, uma proposta de plano para o ensino profissional, tem de assumir uma série de desafios de grande importância, especialmente porque deve conjugar com exatidão e realismo os recursos existentes para responder às diversificadas necessidades da população. Assim, uma proposta desta natureza tem que ter em conta que é necessário implementar um sistema onde as pessoas e suas necessidades estão em primeiro plano, onde a oferta é acessível e se adapta às diferentes condições e circunstâncias da população e onde a qualidade impera, devendo o mesmo estar em linha com uma sociedade em constante mudança.

Tradicionalmente, o ensino e a formação profissional foram solicitados para se adaptar e ajustar na medida do possível aos requisitos e necessidades do mercado de trabalho. Hoje esta visão é redutora uma vez que com a velocidade a que este evolui é necessário antecipar o futuro da atividade económica a médio e longo prazo. Não devemos limitar o Ensino Profissional ao

mero papel de fornecedor de pessoal qualificado para o setor produtivo, ele também deve ser um componente ativo para o desenvolvimento da qualidade educacional, inovação, pesquisa e avanço tecnológico e para as próprias necessidades de realização pessoal dos cidadãos.

As ideias apresentadas, resultam num conjunto de necessidades de formação que serão necessárias para satisfazer as necessidades de um modelo económico que se quer implementar e são as seguintes:

- É necessário aumentar o número de formandos do Ensino Profissional para responder às necessidades de qualificação da população nos próximos anos, para que os Açores possam integrar de forma sustentável os desafios que o futuro nos reserva. Este aumento deve ser feito tanto para jovens em idade escolar como para a população adulta;
- É essencial redirecionar ofertas e recursos públicos para os setores cuja relação formação e emprego é mais evidente, ou seja, ajustar a oferta e a procura de formação nas diferentes atividades;
- A implementação de um sistema de ensino e formação profissional integrado é imperativo, constituído por uma ampla rede regional. Isto hoje é fundamental para articular uma oferta de formação que é essencial para as necessidades de uma sociedade em mudança, e do interesse das pessoas pela aquisição de competências ao longo de toda a vida;
- É essencial promover o espírito empreendedor e as suas capacidades em todos os níveis educacionais, desde os primeiros anos de educação obrigatória. Esta é uma maneira fundamental de garantir a criação de empresas nas várias ilhas, portanto, garantia de emprego a curto, médio e longo prazos;



- É necessário continuar a aumentar a relação entre o ensino profissional e as empresas, além da colaboração na realização de formação em contexto de trabalho, para aumentar a qualidade do ensino profissional e ajustá-lo à procura dos diferentes setores produtivos;
- É fundamental fornecer informação e ações de orientação profissional, para melhorar o valor social desta oferta formativa para facilitar à população as ferramentas necessárias para organizar seu próprio itinerário profissional no quadro de formação e aprendizagem ao longo da vida;
- A abertura de cursos profissionais em escolas, sejam públicas ou privadas, que não disponham de condições no que respeita a recursos humanos, didáticos e físicos adequados à área de formação que se pretende oferecer é um mau serviço que se presta ao ensino profissional em particular uma desonestidade em relação àquela que deveria ser uma exemplar formação dos jovens que optam por este tipo de ensino;
- Para evitar situações de desigualdade nas vias qualificantes, todos os formadores da componente técnica deveriam ser sujeitos à autorização de lecionação por parte da Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional, como é prática nas Escolas Profissionais privadas;
- É necessário que sejam abertas muito mais turmas, de acordo com as características das escolas e com a procura dos jovens, contribuindo assim para que a Região se aproxime dos indicadores nacionais e comunitários e que a sociedade açoriana seja formada por cidadãos formados e qualificados dentro dos percursos escolares oferecidos;

- É necessário promover o aumento do número de cursos nas Escolas Profissionais, para valores do final da primeira década do século XXI, que permitam recuperar as perdas verificadas entretanto, de forma a potenciar a capacidade instalada e dar respostas à procura de formação por parte dos jovens e que não encontram resposta por falta de vagas;
- A diversificação da oferta formativa é essencial para facilitar a constituição de turmas nas ilhas com menor população ou onde esta é mais envelhecida, bem como, em concelhos que apresentam esta grave mazela demográfica, mesmo que pertencendo a ilhas demograficamente de maior dimensão;
- É determinante viabilizar a constituição de turmas agregadas, com duas saídas profissionais, na condição de que o financiamento tenha em conta as componentes não comuns, o que seria também uma forma da gestão da escola poder ser feita de forma mais desafogada em benefício do funcionamento da escola e dos próprios alunos. Esta é também uma forma de não defraudar as expectativas dos pais, alunos e do tecido económico e social da Região em geral, quanto à oferta formativa, permitindo maximizar e rentabilizar as Escolas Profissionais da Região, as suas instalações, equipamentos e recursos humanos colocando-as ao serviço da educação/formação e da comunidade, em particular da qualificação da população.

## Considerações Finais

As escolas profissionais surgiram para dar resposta a uma necessidade social e responder às preocupações dos jovens, famílias, das empresas e da sociedade em geral. Muitos dos alunos que reprovavam no ensino básico e no ensino secundário abandonavam a escola sem instrução adequada, sem qualquer qualificação profissional, e com poucas perspetivas de inserção num mercado de trabalho cada vez mais exigente.

As escolas profissionais surgem como uma nova oportunidade, quer para os jovens cumprirem com sucesso a escolaridade obrigatória, quer para que obtenham uma qualificação profissional, constituindo-se também como uma forma de muitos adolescentes ganharem autoestima e desenvolverem uma cidadania ativa e responsável no seio da comunidade em que se inserem. Estas constituíram-se, e constituem-se como uma forma de abrir novos horizontes, a quem estava limitado pela “Escola Tradicional”.

Os cursos profissionais devem valer pelo seu valor intrínseco e não como vias de segunda grandeza ou de recurso, alternativos aos percursos escolares tradicionais, que são frequentados por quem não obtém resultados e não consegue seguir os percursos educativos mais vocacionados para o prosseguimento de estudos. Da mesma forma, estes últimos não podem ser considerados como vias privilegiadas de acesso ao ensino superior.

Hoje vivemos numa sociedade cada vez mais digital, onde a mudança é uma constante, uma sociedade cada vez mais incerta e complexa. As profissões e as qualificações necessárias a cada uma delas, alteram-se rápida e constantemente, urge responder a estas solicitações de forma concreta e abrangente na sociedade. Hoje podemos afirmar, como recentemente concluiu um trabalho da Universidade dos Açores, da autoria de Tiago Barbeiro Pacheco, que as escolas profissionais têm um papel importantíssimo a desempenhar na sociedade açoriana e que:

- 1) são uma ocasião de realização pessoal e de inclusão social para muitos adolescentes e jovens, uma boa parte deles “perdidos” no enredo dos modelos únicos do ensino regular;
- 2) constituem uma oportunidade de qualificação profissional para muitos milhares de jovens, qualificação esta que representa um verdadeiro passaporte para o emprego;
- 3) procura social não está “totalmente” dominada pelos mitos subjacentes às formações liceais e universitárias, havendo muitas de famílias que preferem investir na via profissional da educação;
- 4) a inscrição local dos projetos educativos das escolas profissionais lhes confere congruência com o tecido social local e potenciam o grau de adequabilidade dos seus diplomados.

Esperamos com este trabalho contribuir para que o Ensino Profissional na Região Autónoma dos Açores, possa trilhar um percurso de sucesso, que responda às necessidades dos jovens e da sociedade. No fundo, é criar condições que permitam potenciar as estruturas existentes no terreno, não obstante a que outras possam surgir, se justificadas, em consonância com a sociedade civil da Região.